

Loteria do Estado da Paraíba

NOTIFICAÇÃO

LOTERIA DO ESTADO DA PARAÍBA

NOTIFICAÇÃO 009/2022

RELACÃO DOS BILHETES LOTÉRICOS ESTADUAL "SORTE SUA" CONTEMPLADOS NO CONCURSO 08/2022 - AGOSTO

O Coordenador de Administração e Finanças da Loteria do Estado da Paraíba - LOTEPA, nos termos de suas atribuições, vem tornar público os números dos Bilhetes Contemplados no Concurso 08/2022 (AGOSTO) denominado "Sorte Sua".

CONTEMPLADO DO DIA 31/08/2022 (R\$ 10.000,00 para 01 bilhete)

Nº BILHETE	VALOR (R\$)	DATA DO SORTEIO
0000000211	10.000,00	31/08/2022

CONTEMPLADOS DA RODADA DA SORTE

Nº BILHETE	VALOR (R\$)	DATA DO SORTEIO
28100000000	300,00	06/09/2022
28100000003	1.000,00	06/09/2022
28100000007	300,00	13/09/2022
28100000017	1.000,00	13/09/2022
28100000008	300,00	20/09/2022
28100000019	1.000,00	20/09/2022
28100000000	300,00	27/09/2022
28100000018	1.000,00	27/09/2022

João Pessoa, 02 de setembro de 2022

Fernando Bezerra Wanderley Bastos
Coordenador de Administração e Finanças

Fundação Espaço Cultural da Paraíba

EDITAL E AVISO

FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA - FUNESC

EDITAL Nº 016/2022 DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

A Fundação Espaço Cultural da Paraíba - FUNESC, tendo em vista o disposto na Lei nº. 11.788, de 2008 e no Decreto nº. 9.427, de 2018, torna pública a realização de seleção de estágio e manutenção de cadastro de reserva. Não Obrigatório Interno (bolsa/estágio) para o preenchimento de 05 (cinco) vagas nas áreas de Comunicação em mídias digitais, Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo, Relações Públicas e Radialismo), Cinema e audiovisual, Artes Visuais e Biblioteconomia mediante as condições estabelecidas no edital, conforme a seguinte divisão:

a) 01 (uma) vaga para alarço regularmente matriculados no curso de Comunicação em mídias digitais - Campus I - Cinema e audiovisual - Campus I - UFPB; e/ou Comunicação Social (com habilitação em jornalismo, Relações públicas e Radialismo) - Campus I - UFPB;

b) 01 (uma) vaga para alarço do curso de Artes Visuais - Campus I - UFPB;

c) 01 (uma) vaga para alarço do curso de Biblioteconomia - Campus I - UFPB;

O certame tem como objetivo selecionar candidatos para o preenchimento de vagas de estágio nos seguintes setores da Fundação Espaço Cultural da Paraíba: Museu Abelardo da Hora e Cine Banque.

Para proceder à sua inscrição e concorrer às vagas descritas, o candidato deverá:

Preencher o "Formulário de Inscrição", disponível no site: <http://funesc.pb.gov.br> no período de 05/09/2022 a 05/10/2022.

O presente edital e seus anexos estarão à disposição das pessoas interessadas no portal da Funesc (<<https://funesc.pb.gov.br>>), e o extrato publicado no Diário Oficial do Estado.

João Pessoa, 02 de setembro de 2022

PEDRO DANIEL DE CARLI SANTOS
Presidente
Fundação Espaço Cultural da Paraíba - Funesc

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

EDITAL E AVISO

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA - FAPESQ

EXTRATO DO EDITAL FUNDAÇÃO CASA JOSÉ AMÉRICO SEECT/FAPESQ/PB Nº 56/2022 PROCESSO SELETIVO PARA O PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO ACERVO DA FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO.

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - FAPESQ, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - SEECT, torna público as normas para a realização

do Edital para o Processo Seletivo do Projeto Preservação da memória e difusão educativa e cultural do acervo da Fundação Casa de José Américo, Portaria Conjunta 239, de 9 de agosto de 2022, para técnicos de nível médio que estejam cursando graduação nas Universidades Públicas e Instituto Federal da Paraíba, com intuito de contemplar seus subprojetos, com o objetivo de desenvolver conjuntamente subprojetos de pesquisa e elaboração de conteúdos voltados para a preservação da memória e difusão educativa e cultural do patrimônio histórico paraibano a partir do acervo da Fundação Casa de José Américo - FCJA. SUMÁRIO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

1. O Processo de Seleção destina-se a selecionar técnicos de nível médio que estejam cursando graduação nos cursos elencados no item 2.3.2 para atuarem como pesquisadores no Projeto Preservação da memória e difusão educativa e cultural do acervo da Fundação Casa de José Américo. A partir disto, o Projeto permitirá que os estudantes da rede pública de educação superior, tenham experiência nas discussões teóricas e atividades práticas de preservação da memória e difusão educativa e cultural do patrimônio histórico paraibano a partir do acervo da Fundação Casa de José Américo.

2. Poderão candidatar-se ao processo seletivo do Projeto Preservação da memória e difusão educativa e cultural do acervo da Fundação Casa de José Américo, técnicos de nível médio que sejam estudantes de Graduação dos cursos elencados no item 2.3 deste edital.

3. As inscrições para esta Chamada deverão ser realizadas por meio do formulário eletrônico disponível no sistema SIGFAPESQ no endereço eletrônico <https://sigfapesq.ledes.net> no período indicado no CRONOGRAMA GERAL. Para realizar a inscrição, é necessário primeiro realizar cadastro no SIGFAPESQ, seguindo as orientações do Manual do Usuário, no endereço eletrônico http://fapesq-prod.codata.pb.gov.br/portal_fapesq/manual/manualparacadastrotedespesquisademosigfapesq.pdf/view.

4. Recomenda-se o envio de toda documentação listada no Edital, de forma legível e com prateleira autocollante, uma vez que a FAPESQ não se responsabilizará por aqueles não recebidos em decorrência de eventuais problemas técnicos e de congestionamentos. Todas as instruções encontram-se no site www.fapesq.rpp.br.

A divulgação do resultado preliminar e final será disponibilizada no site da Fapesq (www.fapesq.rpp.br), conforme previsto no Cronograma Geral (item 16 do Edital).

5. A qualquer tempo a presente chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Dúvidas relativas ao Edital podem ser obtidas nos e-mails arquivo@fcja.pb.gov.br ou fcja.docurq@gmail.com, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:30h.

Curitiba Grande, 02 de setembro de 2022.

ROBERTO GERMANO COSTA
Presidente da FAPESQ

Companhia de Processamento de Dados da Paraíba

EDITAL E AVISO

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAÍBA - CODATA

EDITAL Nº 001/2022 - CODATA
ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA em cumprimento ao que determina o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e o DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAÍBA - CODATA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, artigo 19, por intermédio da Comissão de Concurso Público designada pela Portaria nº 35/2022 torna público a abertura de inscrições para o Concurso Público de Provas para provimento de cargos de NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR, para o Quadro Permanente desta Companhia, conforme necessidade e determinação da CODATA, bem como das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e eventuais retificações, e executado pelo INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL NACIONAL - IDECAN, endereço eletrônico www.idecan.org.br e correio eletrônico concurso.codata@idecan.org.br.

1.2 As vagas serão de ampla concorrência, observada a reserva de vagas para pessoas com deficiência e para a população negra, conforme disposto no item 4 deste Edital.

1.3 O Concurso Público compreenderá exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cursos e prova de títulos para os cargos de nível superior, de caráter apenas classificatório.

1.4 As provas objetivas serão realizadas na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Poderão ser utilizadas cidades circunvizinhas, dependendo da necessidade.

1.5 Os candidatos aprovados e classificados no concurso, dadas as condições de oportunidade e conveniência, serão convocados através de publicação no site www.idecan.org.br e <https://codata.pb.gov.br>, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

1.6 Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

1.7 Para todos os fins deste Concurso Público será considerado o horário oficial de Brasília-DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre "horário local".

1.8 O presente Edital de Abertura e o Edital de Resultado Final serão publicados no íntegro no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOE-PB. Os demais atos oficiais relativos ao Concurso Público serão publicados por meio de extrato no DOE-PB e nos sites www.idecan.org.br e www.codata.pb.gov.br.

1.9 O número de vagas ofertadas no Concurso Público poderá ser ampliado durante o prazo de validade do certame, desde que haja dotação orçamentária própria disponível e vagas em aberto aprovadas por lei.

2. DOS CARGOS

2.1 DOS REQUISITOS E TOTAIS DE VAGAS

2.1.1 VAGAS PARA CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR.

CARGO	VAGAS	NÍVEL DE CONDIÇÃO	DEB	COB	SALÁRIO MÁX.
Análise de Tecnologia da Informação - Nível Superior	Análise de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Ciência de Dados	4	3	0	3.000,00
	Análise de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Infraestrutura de Redes	2	4	0	3.000,00
	Análise de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Segurança da Informação	3	4	0	3.000,00
	Análise de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Computação	2	3	0	3.000,00
	Análise de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Aplicações e Desenvolvimento de Software	6	3	1	3.000,00
	Análise de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Qualidade de Processos	4	3	1	3.000,00
Análise de Administração e Finanças - Nível Superior	Análise de Administração e Finanças - Área de Atuação: Gestão, Economia, Contabilidade, Administração, Estatística e Matemática	4	3	0	3.000,00
Técnicos de Tecnologia da Informação - Nível Médio ou Técnico	Técnicos de Tecnologia da Informação	15	11	1	3.000,00
Técnicos de Administração e Finanças - Nível Médio ou Técnico	Técnicos de Administração e Finanças	6	6	0	3.000,00
TOTAL	41	34	1	12	

2.2 DA DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES, DA JORNADA DE TRABALHO E DO VENCIMENTO BÁSICO

2.2.1 COD 5061 ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Desenvolver e implantar sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidade do sistema, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos. Administrar ambiente informatizado, elaborar documentação técnica. Estabelecer padrões, coordenar projetos e oferecer soluções para ambientes informatizados e pesquisar tecnologias em informática. Projetar soluções em tecnologia da informação, identificando problemas e oportunidades, criando protótipos, validando novas tecnologias e projetando aplicativos em linguagem de baixo, médio e alto nível. Implementar soluções em tecnologia da informação, gerenciar ambientes operacionais e de banco de dados; organizar treinamentos a usuários. Administrar ambientes computacionais, definindo parâmetros de utilização de sistemas, implantando e documentando rotinas e projetos e controlando os níveis de serviço de sistemas operacionais, banco de dados e redes. Fornecer suporte técnico no uso de equipamentos e programas computacionais e no desenvolvimento de ferramentas e aplicativos de apoio para usuários, orientar na criação de banco de dados de sistemas de informações, configurar e instalar recursos e sistemas computacionais, gerenciar a segurança do ambiente computacional. Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através de métodos específicos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

JORNADA DE TRABALHO: 40h (quarenta horas) semanais

VENCIMENTO BÁSICO: R\$ 5.018,66

2.2.2 COD 5062 ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Planejar, organizar, controlar e assessorar as organizações nas áreas de recursos humanos, contabilidade patrimonial, materiais, informações financeiras e tecnológicas, entre outras; implementar programas e projetos; elaborar planejamento organizacional, promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional. Prestar consultoria administrativa à organização.

JORNADA DE TRABALHO: 40h (quarenta horas) semanais

VENCIMENTO BÁSICO: R\$ 5.018,66

2.2.3 COD 5043 TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Desenvolver sistemas e aplicações, determinando interface gráfica, critérios ergonômicos de navegação; montagem da estrutura de banco de dados e codificação de programas; projetar, implantar e realizar manutenção de sistemas e aplicações; selecionar recursos de trabalho, tais como metodologias de desenvolvimento de sistemas, linguagem de programação e ferramentas de desenvolvimento. Planejar etapas e ações de trabalho. Participar na elaboração de projetos de redes; instalar, testar e realizar manutenções preventiva e corretiva de sistemas de redes. Supervisionar tecnicamente processos e serviços de rede de comunicação de dados. Reparar equipamentos e prestar assistência técnica aos clientes; ministrar treinamentos; treinar equipes de trabalho e elaborar documentação técnica.

JORNADA DE TRABALHO: 40h (quarenta horas) semanais

VENCIMENTO BÁSICO: R\$ 3.813,76

2.2.4 COD 5004 TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças, contabilidade e logística: atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios.

JORNADA DE TRABALHO: 40h (quarenta horas) semanais

VENCIMENTO BÁSICO: R\$ 3.813,76

2.3 A CODATA oferece, além do vencimento básico para todos os cargos, níveis de classificação e capacitação, os seguintes benefícios:

- Auxílio Alimentação estipulado em R\$ 1.070,00 (um mil e setenta reais);
- Auxílio Creche no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para dependentes legais com idade inferior a 06 anos;
- Plano de Saúde com participação da CODATA UNIMED de 50% (cinquenta e cinco por cento) para os cargos de Analista e 65% (sessenta e cinco por cento) para os cargos Técnico; e
- Auxílio para filiação com portador de necessidades especiais no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos: ter sido aprovado e classificado no concurso público, na forma estabelecida neste Edital, em seus atos e eventuais revalidações;

ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, ainda, no caso de estrangeiro, estar com situação regular no país, por intermédio de visto temporário ou permanente. No caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal;

ter idade mínima de 18 anos completos, na data da investidura;

apresentar diploma ou certificado devidamente registrado de conclusão de curso conforme requisito do cargo pretendido fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, através da apresentação de original e cópia do respectivo documento, observado ao ANEXO IV deste Edital; estar em pleno gozo dos direitos políticos;

estar quilo com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares;

firmar declaração de não estar cumprindo sanção por indoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade das esferas federal, estadual ou municipal;

ser considerado apto em todos os exames médicos pré-admissionais, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas;

não ter sofrido, no exercício de função pública penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;

não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos; cumprir os demais determinações deste Edital

3.2 Para os candidatos aprovados e classificados nas vagas, deverá na ocasião da contratação, provar que possui todas as condições para a investidura no cargo, apresentando todos os documentos exigidos pelo presente Edital e outros que lhe forem solicitados, conformando-se então declaração e documentos, sob pena de perda do direito à vaga.

4. DAS RESERVAS DE VAGAS

4.1 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1.1 As pessoas com deficiência, amparadas pelo Art. 1º da Lei Estadual nº 5.556, de 34 de janeiro de 1992, e da Lei Complementar nº 154, de 07 de maio de 2019, serão reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas ao Concurso Público.

4.1.1.1 Serão feitas reserva imediata de vagas para os candidatos portadores de deficiência nos cargos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

4.1.1.2 Reservadas as disposições especiais contidas neste edital, os candidatos com deficiência participam do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e a todas as demais normas de regimento do concurso.

4.1.2 As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadraram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no §1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012 (Transorno do Espectro Autista); da Lei 14.126, de 22 de março de 2021 (Viado Molecular); Lei Estadual nº 10.971, de 19 de setembro de 2017 (Saúde Unilateral), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009, têm assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem.

4.1.2.1 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;

b) enviar, no período de **05 de setembro a 17 de outubro de 2022**, para o correio eletrônico concurso.idecan@idecan.org.br: (i) imagem simples do documento de identidade (nos moldes dos subitens 6.2.10 deste Edital) e CPF e (ii) imagem simples de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a publicação deste Edital, atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constantes do ANEXO I deste Edital;

c) no caso de candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas, enviar, no mesmo correio eletrônico para a documentação prevista no item "b" acima, justificativa acompanhada de laudo e parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e suas alterações.

4.1.2.2 O candidato com deficiência deverá enviar os documentos elencados no subitem 4.1.2.1 no período determinado, em imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.

4.1.2.3 O candidato que se enquadrar na hipótese prevista no subitem 4.1.2 deste Edital poderá solicitar atendimento especial unicamente para a condição estabelecida no seu parecer médico, enviado conforme dispõe o subitem 4.1.2.1 deste Edital.

4.1.3 O envio das imagens dos documentos especificados no subitem 4.1.2.1 é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IDECAN não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

4.1.4 Somente serão aceitos imagens nos seguintes formatos: JPG, JPEG, GIF, PNG ou PDF.

4.1.5 As imagens comprovadamente ilegíveis serão desconsideradas para fins de análise e cumprimento das exigências contidas no subitem 4.1.2.1.

4.1.6 Serão aceitos imagens com tamanho mínimo de até 2 MB cada uma.

4.1.7 O candidato deverá manter aos seus arquivos o original ou a cópia autenticada em caráter de documentação constante do subitem 4.1.2.1 deste edital. Caso seja solicitado pelo IDECAN, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

4.1.8 O laudo médico (original ou cópia autenticada em caráter) e a cópia simples do documento de identidade e CPF terão validade somente para este Concurso Público, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

4.1.9 A relação preliminar dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas com deficiência será divulgada no internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, conforme ANEXO V, juntamente com as demais orientações necessárias.

4.1.9.1 O resultado definitivo será divulgado conforme ANEXO V, no site oficial do IDECAN.

4.1.10 O candidato que desejar interpor recurso contra a relação preliminar dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá realizá-lo durante os 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da publicação preliminar prevista no subitem 4.1.9. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.



4.1.10.1 No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio da documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.

4.1.11 A inobservância do disposto no subitem 4.1.2.1 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

4.1.12 O candidato que não se declarar com deficiência no ato de sua inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência. Apenas o envio da documentação exigida no subitem 4.1.2.1 não é suficiente para o candidato ter sua solicitação deferida.

4.1.13 O candidato que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovado no Concurso Público, figurará na listagem geral de classificação e, também, em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência.

4.1.14 As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por candidatos(as) que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as Etapas do Concurso, dentro dos limites do quadro de vagas constante do subitem 2.1.1. Caso não haja candidato(s) aprovado(s), as vagas eventualmente reservadas serão destinadas à ampla concorrência.

4.2 DA PERÍCIA MÉDICA DOS CANDIDATOS DAS VAGAS RESERVADAS PARA PCD

4.2.1 O candidato com a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se não eliminado no concurso público, será convocados para se submeter à perícia médica promovida por equipe especializada sob responsabilidade do Idecan, com a homologação da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência - Funad, que analisará a qualificação do candidato como pessoa com deficiência.

4.2.1.1 O candidato que não for considerado com deficiência na avaliação, caso tenha pontuação suficiente e seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral por cargo.

4.2.1.2 A avaliação médica poderá ser realizada através de telemedicina, a critério do IDECAN.

4.2.1.3 Demais informações a respeito da avaliação médica constam do edital específico de convocação, a ser publicado em momento oportuno.

4.2.1.4 As vagas definidas no subitem 2.1.1 deste Edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

4.2.1.5 Após a investidura do candidato com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação.

4.2.1.6 A deficiência do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições específicas do cargo.

4.3 DAS VAGAS RESERVADAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA

4.3.1 De total de vagas existentes para cada cargo e das que vierem a ser criadas, durante o prazo de validade do Concurso Público, 20% (vinte por cento) serão providas na forma da Lei nº 12.169, de 20 de dezembro de 2021.

4.3.1.1 Se a aplicação do percentual de reserva de vagas a candidatos negros resultar número decimal igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior e, se menor que 0,5 (cinco décimos), o número inteiro imediatamente inferior.

4.3.2 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de ordem de classificação, de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas aos candidatos negros.

4.3.2.1 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que se autodeclararem negros ou pardos quando o número de vagas por cargo for igual ou superior a 3 (três), nos termos do § 1º, do art. 1º, da Lei nº 12.169/2021.

4.3.3 Poderão concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros aqueles que, no ato da inscrição, se autodeclararem pretos ou pardos, conforme o questionário de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.3.4 Os candidatos negros concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas às pessoas com deficiência, sob a condição de que, se não houver eliminação à ampla concorrência, prevalecendo a que lhe for mais favorável, de acordo com a sua classificação no concurso.

4.3.5 Os candidatos negros nomeados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas aos candidatos negros.

4.3.6 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

4.3.6.1 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas eventualmente reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

4.3.7 A autodeclaração terá validade somente para este Concurso Público.

4.3.8 A relação preliminar dos candidatos que se autodeclararam negros, na forma da Lei nº 12.169/2021, será divulgada no endereço eletrônico www.idecan.org.br, conforme ANEXO V.

4.3.9 O candidato disporá de 2 (dois) dias úteis para contestar seu indeferimento, a partir do primeiro dia útil subsequente ao da data de divulgação da relação citada no subitem anterior, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idecan.org.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.3.10 A relação final dos candidatos que se autodeclararam negros, na forma da Lei 12.169/2021, será divulgada no endereço eletrônico www.idecan.org.br, conforme ANEXO V.

4.4 Os candidatos inscritos como negros e aprovados nas fases do Concurso Público serão convocados pelo IDECAN, anteriormente à homologação do resultado final do concurso, para a heteroidentificação complementar à autodeclaração como pessoa negra, com a finalidade de atestar o enquadramento, conforme previsto na Lei nº 12.169/2021, combinado com a Portaria Normativa nº 4, de 06 de abril de 2018, do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.4.1 Com fulcro na supracitada Portaria Normativa nº 4/2018, o procedimento de heteroidentificação poderá ser realizado de forma telepresencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação.

4.5 A IDECAN constituirá uma comissão de heteroidentificação que será responsável pela emissão de um parecer conclusivo favorável ou não à declaração do candidato, considerando aspectos fenotípicos deste, de acordo com a Lei nº 12.169/2021, combinada com a Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.5.1 A comissão será composta por cinco membros e seus suplentes, que não terão seus nomes divulgados, e deverá atender ao critério da diversidade, garantindo que esses membros sejam distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

4.6 O edital de convocação, com horário e local para o comparecimento ao procedimento de heteroidentificação complementar da autodeclaração como pessoa negra será publicado oportunamente no endereço eletrônico www.idecan.org.br.

4.6.1 Será convocados para o procedimento de heteroidentificação, no mínimo, a quantidade de candidatos equivalente a três vezes o número de vagas reservadas para negros previstas no edital, ou dez candidatos, o que for maior, respeitados as condições de classificação estabelecidas neste Edital.

4.6.2 O não comparecimento ou a reprovação na heteroidentificação complementar da autodeclaração como pessoa negra acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos negros e eliminação do Concurso, caso não tenha atingido os critérios classificatórios da ampla concorrência.

4.7 A avaliação da comissão de heteroidentificação quanto à condição de pessoa negra considerará os seguintes aspectos:

a) informação prestada no ato da inscrição quanto à condição de pessoa negra;

b) autodeclaração assinada pelo candidato no momento da heteroidentificação complementar à autodeclaração como pessoa negra, ratificando sua condição de pessoa negra, indicada no ato da inscrição; e

c) fenotipo apresentado pelo candidato e foto tirada pela comissão de heteroidentificação, no momento do procedimento complementar à autodeclaração como pessoa negra.

4.7.1 Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e cartões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, distritais e municipais.

4.7.2 A comissão de heteroidentificação deliberará pela maioria de seus membros, sob forma de parecer motivado.

4.7.3 É vedado à comissão de heteroidentificação deliberar na presença dos candidatos.

4.7.4 O teor do parecer motivado será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

4.8 O candidato será considerado não enquadrado na condição de pessoa negra quando: não for considerado negro pela Comissão de Avaliação, conforme previsto no artigo 2º parágrafo único, da Lei nº 12.169/2021; e no artigo 11 da Portaria Normativa nº 4/2018, do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

não cumprir os requisitos indicados no subitem 4.7, na prescrição declarada falsa, comprovada a qualquer tempo, ou não comparecer ao procedimento de heteroidentificação; ou evadir-se do local de realização do procedimento de heteroidentificação, sem a devida conclusão do procedimento.

4.8.1 O candidato não enquadrado na condição de pessoa negra, conforme subitem 4.8, perderá o direito de concorrer às vagas reservadas a pessoas negras e passará a concorrer às vagas de ampla concorrência, caso possua classificação para tanto.

4.8.2 A heteroidentificação complementar será filmada e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

4.8.3 O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o procedimento de heteroidentificação.

4.8.4 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço de emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.8.5 Quanto ao resultado de não enquadramento do candidato da reserva de vaga, caberá pedido de recurso através de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idecan.org.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do resultado preliminar.

4.8.6 Os recursos contra o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação serão avaliados pela comissão recursal composta por três integrantes distintos dos membros da comissão de heteroidentificação.

4.8.7 Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

4.8.8 Os currículos dos integrantes da comissão recursal serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idecan.org.br, por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.

4.8.9 Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

4.9 O candidato que for nomeado e convocado para vaga destinada às pessoas com deficiência ou para as vagas destinadas aos candidatos negros, que não comprovar ser possuir dos requisitos para investidura no cargo até a data limite para a posse, será eliminado do certame.

4.10 O candidato convocado e nomeado nas vagas de ampla concorrência será eliminado do certame caso não comprovar ser possuir dos requisitos para investidura no cargo até a data limite para a posse, não sendo, dessa forma, novamente convocado para preencher vagas referentes a candidatos que se declararam com deficiência e a candidatos negros, caso constantes igualmente dessas listagens.

4.11 O enquadramento ou não do candidato na condição de pessoa negra não configura ato discricionário de qualquer natureza.

5. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

5.1 A taxa de inscrição no Concurso Público será de acordo com a tabela a seguir:

SÉRIE	TAXA DE INSCRIÇÃO
Novo Edital	R\$ 30,00
Edital Superior	R\$ 15,00

5.1.1 As inscrições serão realizadas no período das **14h00min do dia 05 de setembro às 23h59min do dia 17 de outubro de 2022**, somente via internet, por meio do endereço eletrônico www.idecan.org.br.

5.1.2 Será permitida ao candidato a realização de mais de uma inscrição no Concurso Público para cargos e Ramos distintos. Assim, quando do processamento das inscrições, se for verificada a existência de mais de uma inscrição, para um mesmo cargo ou para um mesmo turno de provas, realizada e efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pela data e hora de envio, via internet, do requerimento através do sistema de inscrições on-line do IDECAN. Conseqüentemente, as demais inscrições do candidato nessa situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade, uma vez que a realização de uma segunda inscrição implica a renúncia à inscrição anterior e à restituição do valor pago.

5.1.3 Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, cartão de crédito, DOC, cheque, ordem de pagamento ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital. Também não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.

5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.2.1 Para inscrição, o candidato deverá observar o que segue:

5.2.1.1 Acessar o link próprio do Concurso no endereço eletrônico www.idecan.org.br; preencher o requerimento de inscrição que será exibido e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções;

o envio do requerimento de inscrição gerará automaticamente o boleto bancário contendo o valor da taxa de inscrição, que deverá ser impresso e pago em espécie em qualquer agência bancária, ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e a guarda do comprovante de pagamento da inscrição;

a inscrição feita pela internet somente terá validade após a confirmação do pagamento pelo rede bancária; o pagamento do valor da taxa de inscrição por meio eletrônico poderá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao último dia de inscrição, via internet, podendo o boleto ser reimpresso quantas vezes se fizer necessário até esse data limite para pagamento;

o requerimento de inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição não seja efetuado até o dia **18 de outubro de 2022**;

após decorrido o prazo descrito no item 5.3.1.1, não será mais possível acessar o formulário de requerimento de inscrição.

5.2.1.1 O pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário após **18 de outubro de 2022** implica o cancelamento da inscrição.

5.2.1.2 A inscrição somente será efetuada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário.

5.2.2 Uma vez efetuada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a realização de alteração no que se refere ao cargo escolhido na ocasião da inscrição no certame.

5.3 DA REIMPRESSÃO DO BOLETO BANCÁRIO

5.3.1 O boleto bancário poderá ser reimpresso durante todo o processo de inscrição, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência bancária ou correspondentes bancários.

5.3.2 Todos os candidatos inscritos no período entre **14h00min do dia 05 de setembro às 23h59min do dia 17 de outubro de 2022**, que não efetuarem o pagamento da taxa de inscrição nesse período, poderão fazê-lo, no máximo, até o primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições, quando esse recurso será retirado do endereço eletrônico www.idecan.org.br. O pagamento da taxa de inscrição, nesse mesmo dia, poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou em correspondentes bancários ou, ainda, através de pagamento on-line.

5.3.3 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias, lotéricas e/ou dos Correios na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o envio da documentação prevista neste Edital (quando for o caso) ou o pagamento do boleto bancário para o primeiro dia útil que antecede o feriado ou evento. O candidato poderá ainda utilizá-lo por outro meio alternativo válido (pagamento do título em caixa eletrônico, Internet Banking, etc.), devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.

5.3.4 Quando do pagamento da taxa de inscrição, por meio de boleto bancário, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais e da inscrição nele registrados, bem como os dados pertinentes ao comprovante de pagamento. As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro na informação de dados pelo candidato ou por terceiro ao pagamento de referido boleto não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 O IDECAN não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sobre os quais não tiver dado causa.

5.4.2 É imprescindível o número de CPF do candidato para realização de sua inscrição.

5.4.2.1 Terá a sua inscrição cancelada e será eliminado do Concurso Público o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

5.4.3 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.4.4 A qualquer tempo poderá-se a anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.4.5 É vedada a inscrição condicional e/ou temporárias, bem como a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros e/ou outra inscrição, assim como a transferência da inscrição para outrem.

5.4.6 Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

5.4.7 O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

5.4.8 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo no caso de cancelamento do concurso público por conveniência da Administração Pública ou anulação.

5.4.9 Após a homologação da inscrição não será aceita em hipótese alguma solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição, salvo o previsto no subitem 5.7.7.

5.4.10 As informações prestadas no requerimento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

5.4.11 O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade das atos relativos ao Concurso Público, bem como o direito de imagem, para a divulgação do certame de forma institucional e comercial por parte do IDECAN. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores, através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

5.4.12 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a desistência do candidato.

5.4.13 O candidato inscrito deverá se apresentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital (incompleta, incorreta, entre outras situações), será automaticamente considerada não efetuada pelo organizador, não assistindo nenhum direito ao interessado.

5.5 DAS ISENÇÕES

5.5.1 Haverá isenção total do pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, ou aqueles que forem comprovadamente doadores de medula óssea, nos termos da Lei Federal nº 13.696, de 30 de abril de 2018.

5.5.1.1 Fui jus à isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato economicamente hipossuficiente que comprovar carteralmente que (i) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e (ii) for membro de família de baixa renda, assim compreendida aquela que possua renda per capita de até meio salário mínimo, ou aquela que possua renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

5.5.1.2 O candidato que requerer a isenção como hipossuficiente econômico deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico, mesmo que atualmente estes estejam divergentes ou tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decorrer de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico o nível nacional.

5.5.1.3 Os os candidatos hipossuficientes econômicos deverão, para fins de pedido de isenção, enviar: a) declaração para fins de isenção indicando o Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, de acordo com o ANEXO II deste Edital; e

b) declaração de que atende à condição estabelecida no subitem 5.5.1.1.

5.5.1.4 O IDECAN consultará o Órgão Gestor do CadÚnico, bem como as Instituições de Saúde a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente ou como doador de medula óssea.

5.5.2 Também far jus à isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato que for doador de sangue ou medula óssea à rede hospitalar pública ou conveniada com o SUS no Estado da Paraíba, conforme a Lei Estadual nº 11.213/2018.

5.5.2.1 Os candidatos doadores de medula óssea deverão, para fins de pedido de isenção, enviar:

a) declaração para fins de isenção indicando que é doador de medula óssea, de acordo com o ANEXO II deste Edital; e

b) atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina (assinatura e carimbo com referida identificação), que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

5.5.2.2 Os candidatos doadores de sangue deverão, para fins de pedido de isenção, enviar:

a) carteira de doador de sangue, expedida por órgão competente;

b) comprovante que tenha feito, sistematicamente, doações de sangue, conforme o disposto na Portaria nº 1.376, de 19 de novembro de 1993, do Ministério da Saúde; e

c) tenha feito, no mínimo 3 (três) doações nos 12 (doze) meses anteriores à publicação do edital do concurso.

5.5.3 Ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição os candidatos que forem doadores regulares de leite materno, conforme Lei Estadual nº 8.483/2008.

5.5.3.1 A candidata, para fazer jus ao benefício, deverá ter sido doadora por um período mínimo de 4 (quatro) meses e ter feito, no mínimo, uma doação a cada semana.

5.5.3.2 Após o pagamento do pedido de isenção, o candidato poderá efetuar a atualização dos seus dados cadastrais junto ao IDECAN através do sistema de inscrições on-line ou solicitá-la ao fiscal de aplicação no dia de realização das provas.

5.5.5 A isenção deverá ser solicitada via "área para candidatos", disponível no endereço eletrônico da Organizadora – www.idecan.org.br mediante o envio da documentação especificada nos itens 5.5.1, 5.5.2 e 5.5.3.

5.5.4 O candidato que desejar requerer a isenção da taxa de inscrição, deverá, obrigatoriamente, realizar sua inscrição no Concurso no período, imprescritível, de **05 a 07 de setembro de 2022**.

5.5.4.1 O candidato inscrito no período supracitado, estará apto a requerer formalmente a isenção de sua taxa de inscrição no Concurso, devendo, para tanto, acessar a página do Concurso, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, em específico o [link](http://www.idecan.org.br) disponível para essa solicitação, durante o dia **18 de setembro de 2022**, para efetivar e concluir sua solicitação.

5.5.7 O candidato inscrito após o período constante do subitem 5.5.6.1, não mais poderá requerer isenção de taxa de inscrição.

5.5.8 A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções cíveis e criminais previstas em legislação vigente.

5.5.9 O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição, durante a inscrição, não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação.

5.5.10 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha efetuado o pagamento do boleto bancário, terá sua isenção cancelada.

5.5.11 Não serão aceitos, após a realização do pedido, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

5.5.12 O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será divulgado até a data prevista no dia **13 de setembro de 2022**.

5.5.12.1 Caberá recurso ao indeferimento do pedido de isenção no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do resultado preliminar da análise dos pedidos, observadas as disposições do item 9 deste Edital, sendo o resultado definitivo divulgado no dia **21 de setembro de 2022**.

5.5.12.2 Os candidatos cujos pedidos permanecerem indeferidos poderão garantir a sua inscrição no certame mediante o pagamento da respectiva taxa, no prazo estabelecido neste Edital.

5.5.13 O não cumprimento de uma das fases fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de inscrição, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.5.14 Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento de taxa ou deferidas inscrições solicitadas via fax, postal e/ou correio eletrônico.

6.4 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

6.4.1 Independente da solicitação de atendimento especial, ficará a cargo do IDECAN, o atendimento às normas vigentes no época da aplicação das provas presenciais, em virtude das regras sanitárias no Estado da Paraíba, garantindo o cumprimento de todas as normas sanitárias e de distanciamento social vigentes nos dias dos eventos.

6.4.2 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, no ato de inscrição disponibilizada no endereço eletrônico www.idecan.org.br, os recursos especiais necessários a tal atendimento, adotando os seguintes procedimentos:

no caso de atendimentos especiais, encaminhar por meio da Área para candidatos, contida no site www.idecan.org.br, cópia simples do CPF e cópia escaneada do laudo médico original, no formato PDF, emitido nos últimos 12 (doze) meses, contados do início do período de inscrições, atestado a espécie e o grau ou nível da deficiência (quando for o caso), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que justifique o atendimento especial solicitado mediante por especialista da área de sua deficiência, com respectivo CRM;

no caso de tempo adicional, encaminhar por meio da Área para candidatos, cópia simples do CPF e cópia escaneada do laudo parecer original, no formato PDF, emitido nos últimos 12 (doze) meses, contados do início do período de inscrições, por especialista da área de sua deficiência, com respectivo CRM, que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o § 2º do art. 40 do Decreto nº 3.298, de 1993, e alterações.

6.4.2.1 O envio da cópia simples do CPF e do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório)



é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IDECAN não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.

5.6.2.2 As imagens do laudo médico original ou cópia autenticada em cartório e da cópia simples do CPF valerão somente para este Concurso.

5.6.3 Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDECAN, por precisar a doença na data limite referida, deverão fazê-lo via correio eletrônico concurso.codata@idecan.org.br tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a tratamento diferenciado.

5.6.4 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metas durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pino cirúrgico ou outros instrumentos médicos, deverão comunicar ao IDECAN acerca da situação, nos moldes do subitem 5.6.2 desta Edital. Em nome da segurança do processo, esta regra também se aplica a candidatos com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos diversos por motivos de saúde, tais como: medidor de glicemia, sondas, etc. No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, os candidatos poderão ser eliminados do certame.

5.6.5 A candidato que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliatórias do Concurso, amparada pela Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidato sem acompanhante não fará as provas.

5.6.5.1 Terá o direito previsto no subitem 5.6.5 a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliatórias do Concurso.

5.6.5.2 A prova da idade será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e envio da imagem da respectiva certidão de nascimento via upload em sua Área para Candidatos.

5.6.5.2.1 Caso a criança ainda não tenha nascido, a imagem da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do parto - DPP.

5.6.5.3 A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filia.

5.6.5.3.1 Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de hábitos ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.6.5.4 O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliatória, em igual período.

5.6.5.4.1 Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, uma hora de compensação.

5.6.6 A pessoa trans ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL poderá solicitá-lo pelo correio eletrônico concurso.codata@idecan.org.br até às 21h00min do dia **18 de outubro de 2022**.

5.6.7 O candidato que não solicitar atendimento especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não o terá atendido sob qualquer alegação.

5.6.7.1 O pedido de atendimento especial será acolhido dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

5.7 DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

5.7.1 As relações preliminares das inscrições deferidas, inclusive dos candidatos que requereram a concorrência na condição de pessoa com deficiência (PcD) e/ou nas cotas reservadas a pessoas negras, bem como da análise dos pedidos de atendimento especial, serão divulgadas conforme ANEXO V, para conhecimento do ato e motivos do indeferimento.

5.7.2 Cobrada a taxa em face do relação preliminar mencionada no subitem 5.7.1, pelo preço de R\$ (dois) reais e dez cêntimos, a contar do primeiro dia útil subsequente ao do dia de sua divulgação.

5.7.3 A relação definitiva de inscritos será divulgada conforme ANEXO V.

5.7.4 As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) para cada área prevista neste Edital, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis, a partir do dia **02 de dezembro de 2022**, no endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br), podendo o candidato efetuar a impressão deste Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI). As informações também poderão ser obtidas por meio da Área para candidatos, contida no site www.idecan.org.br.

5.7.5 Caso o candidato, ao consultar o Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato através dos canais de atendimento ao candidato, considerando-se o horário oficial local, conforme subitem 1.7, imperativamente até o dia **18 de outubro de 2022**.

5.7.6 Os erros cometidos após a data estabelecida no subitem 5.7.5 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

5.7.7 Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas, mediante conferência do documento original de identidade, quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.7.8 O Cartão de Confirmação de Inscrição NÃO será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

5.7.8.1 O candidato deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

5.7.9 A alocação dos candidatos nos locais designados para as provas será definida pela instituição organizadora, podendo esta adotar livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente baseada a alocação dos candidatos nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de candidatos portadores de necessidades em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a este público.

5.7.10 Os candidatos deverão comparecer ao local de realização das provas munidos de documento original de identidade, quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.7.11 Por conta de cumprimento de medidas sanitárias inerentes ao combate da pandemia ocasionada pela Covid-19, as provas poderão ser realizadas, também, nas regiões metropolitanas de João Pessoa, e/ou em cidades circunvizinhas.

5.7.12 Em face de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir os candidatos, serão divulgadas a data provável de **01 de setembro de 2022** por meio de consulta individual disponibilizada no endereço eletrônico www.idecan.org.br, ao candidato.

6.2.2 O candidato que, eventualmente, necessitar apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala.

6.2.3 O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo o candidato ler atentamente as instruções contidas no capto do caderno de prova.

6.2.3.1 Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.

6.2.3.2 No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro do equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

6.2.3.3 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro do candidato.

6.2.3.4 Não serão computados itens não respondidos, nem itens que contenham mais de uma resposta (exceto quando uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leituras óticas, prejudicando o desempenho do candidato, que deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (maxiatura em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.

6.2.3.5 O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte do candidato, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.

6.2.3.6 A não identificação na folha de resposta, pelo candidato, do seu tipo de caderno de prova acarretará em nota final igual a 0,00 (zero).

6.2.3.7 Serão da inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.

6.2.3.8 Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação; marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

6.2.3.9 A não devolução pelo candidato da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificadas quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 6.1.6, acarretará em eliminação sumária do candidato no Concurso.

6.2.3.10 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado.

6.2.3.11 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de acarretar os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura ótica.

Cargo	Conteúdo	Número de questões	Peso	Total de Pontos	Perfil Mínimo para Aprovação
Cobertura Básica para todo o cargo, exceto áreas de Tecnologia da Informação	Língua Portuguesa	20	1	20	
	Raciocínio Lógico	10			
	Informática Básica	10			
Cobertura Básica, apenas para o cargo de Analista de Tecnologia da Informação	Língua Portuguesa	20	1	20	30% (calculada por conta de pontos de Prova Objetiva, desde que não obtida a [nota] em qualquer uma das disciplinas)
	Raciocínio Lógico	10			
	Ingês Técnico	10			
Cobertura Específica para todo o cargo	Conteúdo em cargo a que não concorrerá	60	3	120	
Total		100		140	30 questões

6.1.2 As provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, constarão de 100 (cem) questões, com peso diferenciado conforme quadro constante do subitem 6.1.1.

6.1.3 Considera-se já classificado o candidato que, cumulativamente, atender no "Perfil Mínimo para Aprovação" constante do quadro disposto no subitem 6.1.1 deste Edital.

6.1.4 Os nomes das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.

6.1.5 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro do candidato.

6.1.6 Não serão computados itens não respondidos, nem itens que contenham mais de uma resposta (exceto quando uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leituras óticas, prejudicando o desempenho do candidato, que deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (maxiatura em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.

6.1.6.1 O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte do candidato, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.

6.1.6.2 A não identificação na folha de resposta, pelo candidato, do seu tipo de caderno de prova acarretará em nota final igual a 0,00 (zero).

6.1.7 Serão da inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.

6.1.7.1 Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação; marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

6.1.7.2 A não devolução pelo candidato da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificadas quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 6.1.6, acarretará em eliminação sumária do candidato no Concurso.

6.1.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado.

6.1.9 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de acarretar os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura ótica.

6.2 DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6.2.1 As provas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na data prevista de **11 de setembro de 2022**, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, com duração de 4h (quatro horas) para realização, nos turnos manhã e tarde, conforme quadro a seguir:

DATA	TERMINAL	CLASSES
11 de setembro de 2022 (domingo)	MANHÃ: 08h00min às 12h00min (Horário oficial de Brasília, DF)	Áreas de Tecnologia da Informação Áreas de Administração e Finanças
	TARDE: 14h00min às 18h00min (Horário oficial de Brasília, DF)	Áreas de Tecnologia da Informação Áreas de Administração e Finanças

6.2.1.1 Por conta de cumprimento de medidas sanitárias inerentes ao combate da pandemia ocasionada pela Covid-19, as provas poderão ser realizadas, também, nas regiões metropolitanas de João Pessoa, e/ou em cidades circunvizinhas.

6.2.1.2 Em face de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir os candidatos, serão divulgadas a data provável de **01 de setembro de 2022** por meio de consulta individual disponibilizada no endereço eletrônico www.idecan.org.br, ao candidato.

6.2.2 O candidato que, eventualmente, necessitar apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala.

6.2.3 O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo o candidato ler atentamente as instruções contidas no capto do caderno de prova.

6.2.3.1 Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.

6.2.3.2 No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro do equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

6.2.3.3 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro do candidato.

6.2.3.4 Não serão computados itens não respondidos, nem itens que contenham mais de uma resposta (exceto quando uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leituras óticas, prejudicando o desempenho do candidato, que deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (maxiatura em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.

6.2.3.5 O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte do candidato, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.

6.2.3.6 A não identificação na folha de resposta, pelo candidato, do seu tipo de caderno de prova acarretará em nota final igual a 0,00 (zero).

6.2.3.7 Serão da inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.

6.2.3.8 Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação; marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

6.2.3.9 A não devolução pelo candidato da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificadas quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 6.1.6, acarretará em eliminação sumária do candidato no Concurso.

6.2.3.10 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado.

6.2.3.3 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falta de ingresso ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDECAN tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em ata de sala e de coordenação.

6.2.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de cuneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original (nas modalidades previstos no subitem 6.2.10.1 deste Edital).

6.2.5 Poderá ocorrer inclusão de candidato que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDECAN a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a impropriedade da inscrição, este será automaticamente cancelado, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

6.2.6 No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer candidaturas retardatárias. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de dois candidatos, testemunhas do fato.

6.2.7 Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de dois candidatos que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, proporcionarão a abertura de embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada esta desse fato, que será assinado pelos presentes, testemunhando que o material se encontra devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

6.2.8 Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

6.2.8.1 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, todos os candidatos deverão se submeter à identificação dactiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organização, no dia de realização das provas. Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação dactiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.

6.2.8.1.1 Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.

6.2.9 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos determinados neste Edital ou em comunicado. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluído o candidato considerado ausente na aplicação.

6.2.10 Serão consideradas documentos de identidade: carteiros expedidos pelos Comandos Militares, Secretarias de Segurança Pública, Institutos de Identificação e Comos de Bombeiros Militares; carteiros expedidos pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiros funcionais do Ministério Público; carteiros funcionais expedidos por órgão público que, por lei federal, tenham valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (modelo com foto).

6.2.10.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

6.2.10.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiros de motorista (modelo sem foto e CNI Digital), documentos digitais, carteiros de estudante, carteiros funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

6.2.10.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

6.2.10.4 O candidato que estiver portando documento com prazo de validade esgotado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

6.2.10.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.

6.2.10.6 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e suas assinaturas.

6.2.11 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bipe, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não isentará em qualquer responsabilidade do IDECAN sobre tais equipamentos.

6.2.11.1 No caso de o candidato ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade do candidato vier a emitir qualquer sinal sonoro e/ou de vibração, mesmo estando acondicionado conforme subitem 6.2.11.2, será lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e o mesmo será eliminado automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

6.2.11.2 Quando de ingresso na sala de aplicação de provas, os candidatos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteiros com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.

6.2.11.3 Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.

6.2.11.4 Bolsas, mochilas e outros pertences dos candidatos deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira do candidato.

6.2.11.4.1 Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse dos candidatos quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.

6.2.11.5 A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda

que o candidato não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.

6.2.11.6 Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique esta situação, o candidato será encaminhado à Coordenação da Unidade, onde deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, mediante preenchimento de termo de acatamento de arma de fogo, onde preencherá os dados relativos ao armamento. Eventualmente, se o candidato se recusar a entregar a arma de fogo, assinará termo assumindo a responsabilidade pela situação, devendo desmanchar a arma quando do ingresso na sala de aplicação de provas, reservando as munições na embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, juntamente com os demais equipamentos proibidos do candidato que forem recolhidos.

6.2.12 Não será permitido, durante a realização da prova, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria.

6.2.12.1 É garantida a liberdade religiosa a todos os candidatos. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trouxerem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDECAN, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.

6.2.12.1.1 Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito, este poderá ser realizado.

6.2.12.2 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:

a) serão observados os cuidados de distanciamento social e higienização relativos à prevenção do contágio da Covid-19, conforme orientações legais vigentes, oferecendo álcool gel;

b) não será permitida a permanência de acompanhante do candidato (exceto para o caso previsto no subitem 3.4.17.6 deste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;

c) os candidatos deverão ser submetidos ao detector de metais;

d) poderá ser exigida a retirada da máscara, quando da chegada do candidato para a identificação junto ao fiscal de sala, mantido o distanciamento recomendado, podendo, ainda, ser exigido o exame da máscara e o manuseio reserva.

6.2.13 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

6.2.14 Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, conforme estabelecido no subitem 6.2.1, deste Edital, dando instância isonômica a todos os candidatos presentes.

6.2.15 O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 02 (dois) horas do horário de início das provas.

6.2.15.1 O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.

6.2.15.2 Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

6.2.16 O fiscal de sala orientará os candidatos, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação do candidato para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.

6.2.17 Ao término de sua prova, o candidato deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se do sala de provas somente após autorizado.

6.2.17.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega desse documento será eliminado do concurso.

6.2.18 Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADO do Concurso Público, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, o candidato que durante a realização de qualquer uma das provas:

a) entrar ou se retirar da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar-se de qualquer material disposto no subitem 6.2.11 deste Edital e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio (cópia de gabarito);

g) descumprir as instruções contidas no caderno de prova e, na folha de respostas;

h) recusar-se a entregar o caderno de prova, a folha de respostas ao término do tempo destinado à sua realização;

i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de prova, ou a Folha de Respostas;

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 6.2.8;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;

m) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;

n) não permitir a coleta de sua assinatura;

o) for surpreendido portando cuneta fabricada em material não transparente;

p) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

q) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;

r) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver.

6.2.18.1 Caso ocorra qualquer situação no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, o candidato será mantido no Concurso.

6.2.19 No dia de realização das provas, o IDECAN poderá submeter os candidatos, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.

6.2.19.1 Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.



6.2.20 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado do processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.2.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

6.2.22 Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.

6.3 DOS PROGRAMAS

6.3.1 Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no ANEXO III deste Edital.

6.3.2 Os conteúdos relacionados no item 6.3.1, contemplarão apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.3.2.1 As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 7.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de resposta dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução.

6.3.3 A CODAFA e o IDECAN não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático.

6.3.4 Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.3.5 Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

7. DA PROVA DE TÍTULOS

7.1. A avaliação da prova de Títulos tem caráter somente classificatório.

7.1.1 Participação da Prova de Títulos somente os candidatos que concorrerem aos cargos do NÍVEL SUPERIOR, classificados na Prova Objetiva e o seu julgamento obedecerá às seguintes critérios de pontuação:

ITEM	TITULAÇÃO	QUANTIDADE DE TÍTULOS (MÁXIMO)	VALOR UNITÁRIO (MÍNIMO)	VALOR MÁXIMO (MÁXIMO)
1	Certificação em área de conhecimento	01	01	01
2	Experiência profissional em área de conhecimento	01	01	01
3	Diploma em área de conhecimento	01	01	01
4	Doutorado em área de conhecimento	01	01	01
TOTAL GERAL DE TÍTULOS				04

7.1.1.2 Serão atribuídos pontos à experiência profissional em atividades que guardem relação com as atribuições do cargo em disputa, obedecendo-se à seguinte equivalência:

- a) cinco anos de experiência profissional: pontuação equivalente a um título de especialista;
 - b) dez anos de experiência profissional: pontuação equivalente a um título de mestre;
 - c) quinze anos de experiência profissional: pontuação equivalente a um título de doutor;
- 7.1.1.3 Para fim de pontuação, somente serão considerados os títulos concernentes à área de atuação do respectivo cargo.
- 7.1.1.4 Para comprovação do tempo de serviço no cargo pretendido somente será aceita a seguinte forma:

ATIVIDADE PRESTADA	COMPROVAÇÃO
Emprego Público	Documentos expedidos pelo Poder Judiciário, Estadual ou Municipal, mediante a análise de prestação de atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos da Secretaria de Administração ou Departamento de Pessoal/Recursos Humanos do órgão expedidor, não sendo aceitos, sob qualquer hipótese, declarações, expedidas por qualquer órgão que não represente o ente emissor.
Emprego Precatório	Cópia de rubrica de habilitação (copias de identificação com foto e dados pessoais e registro do(a) candidato(a) de trabalho). Em caso de contrato de trabalho em vigor (carimbo com data de início), o tempo de serviço será considerado até a data final indicada para a entrega do documento.
Cargo Precatório de Serviço	Cópia de contrato de prestação de serviços e declaração da empresa ou de outro ente emissor, em papel timbrado e com carimbo do CNPJ, data e assinatura do responsável pelo contrato de prestação, comprovando o período de prestação de serviço.

7.1.1.5 Não será aceita comprovação de exercício profissional na qualidade de proprietário/sócio de empresa, ou como voluntário ou estagiário.

7.2 Os candidatos que não forem convocados para apresentação de títulos serão automaticamente eliminados do certame.

7.3 O envio dos documentos comprobatórios de títulos será realizado por meio de ferramenta on-line, a ser disponibilizada no portal eletrônico da Organização em ato contínuo à publicação do Edital de Convocação para a Prova de Títulos.

7.4 Todas as informações necessárias à execução do envio eletrônico dos títulos estarão dispostas no Edital de Convocação, a ser publicado.

7.5 Serão rejeitados, liminarmente, os títulos entregues fora do prazo divulgado no Edital de Convocação.

7.6 Não serão recebidos documentos avulsos e Curriculum Vitae.

7.7 A comprovação dos títulos será feita mediante apresentação de fotocópia autenticada de instrumentos legais que os certifiquem, e somente serão computados como válidos os títulos pertencentes à área específica do cargo para o qual o candidato concorre.

7.8 Outras informações sobre a Prova de Títulos:

- a) Os comprovantes de conclusão de Cursos deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecida;
- b) Cada título será computado uma única vez;
- c) Os títulos e certificados acadêmicos devem estar devidamente registrados;
- d) Caso o candidato tenha concluído o curso, mas ainda não esteja de posse do Diploma, serão aceitas Certidões ou Declarações de conclusão, assinadas por representante legal da Instituição de Ensino e com firma reconhecida em cartório;
- e) Os documentos em língua estrangeira somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado;
- f) Deverá ser entregue apenas uma única cópia (autenticada em cartório) de cada título apresentado, a qual não será devolvida em hipótese alguma. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas em cartório.

7.9 A pontuação total dos títulos não ultrapassará a 8,00 (oto) pontos, desprezando-se os pontos que excederem a este limite.

7.10 Convoca-se-se a prova de títulos os candidatos classificados na Prova Objetiva dentro do quantitativo de 05 (cinco) vezes o número de vagas.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE.

8.1 A nota final de aprovação no concurso corresponderá ao somatório do total de pontos obtidos na prova objetiva, qual seja:

8.1.1 Nível Médio - NOTA FINAL = Total de pontos obtidos na Prova Objetiva.

8.1.2 Nível Superior - NOTA FINAL = Total de pontos obtidos na Prova Objetiva + Avaliação de títulos e/ou Experiência Profissional.

8.2 Todos os cálculos citados neste Edital serão sem arredondamento.

8.2.1 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o ANEXO II do Decreto Federal nº 9.739, de 28 de março de 2019, ainda que tenham atingido esta mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público, respeitados os empates na última classificação, no termos do parágrafo 3º, artigo 39, do mencionado Decreto, respeitados os empates na última classificação de aprovados.

8.2.1.1 A constância nas listagens finais de aprovados em classificação superior à quantidade de vagas imediatas ofertadas para cada cargo e por tipo de vaga, não configura direito ou expectativa de direito à nomeação, uma vez que esta poderá ocorrer apenas no caso de abertura de novas vagas que atinjam os limites fixados pelas normas de inclusão, notadamente as previstas no item 4 deste Edital.

8.3 Na classificação final, dentre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência, na ordem de posicionamento:

- a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) maior nota na Prova Objetiva na área de Conhecimentos Específicos;
- c) maior nota na Prova Objetiva em Língua Portuguesa;
- d) maior idade, considerando dia, mês, ano e, se acessório, hora e minuto do nascimento, exceto os enquadrados no alínea "a" deste subitem; e
- e) exercício da função de jurado (conforme art. 440 da Lei nº 11.689/2008 do Código de Processo Penal).

8.3.1 Os candidatos que seguirem empates até a aplicação das alíneas "d" do subitem 8.3 deste Edital serão convocados, antes da publicação do resultado final, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.

8.3.1.1 Os candidatos convocados que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.

8.3.2 Os candidatos a que se refere a alínea "e" do subitem 8.3 deste Edital serão convocados, antes da publicação do resultado final, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

8.3.2.1 Para fins de comprovação da função citada no subitem 8.3.2 deste Edital, serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data do entrada em vigor da Lei nº 11.689, 9 de junho de 2008.

8.4.2 Nos cargos em que o número de vagas ofertadas no subitem 2.1.1 não possibilite a reserva de vagas para candidatos com deficiência e/ou negros, serão homologados, no resultado final, os candidatos deficientes e/ou negros em lista própria para fins de eventual aproveitamento em vagas que venham a surgir posteriormente, observado o limite estabelecido no Decreto nº 9.739/2019 quando da oferta por quantidade de vagas.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

9.1 Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, a partir das 17h00min da segunda-feira imediatamente subsequente ao dia de realização das provas, juntamente com os cadernos de provas aplicados para cada cargo.

9.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação.

9.3 A interposição de recursos deverá ser feita ao IDECAN, via internet, por meio da Área para Candidatos, com acesso por meio de fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas durante o prazo recursal.

9.3.1 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.

9.3.2 Caberá recurso à Banca contra erros materiais ou omissões de cada fase, constituindo as fases: publicação do Edital, processo de inscrição da prova, inscrição dos candidatos (ampla concorrência e reserva de vagas PCD e Negros), pedido de atendimento especial, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nos provas objetivas, incluindo o fator de desempate estabelecido, resultados preliminares do procedimento de heteroidentificação e da avaliação médica dos candidatos às vagas para pessoas com deficiência, nos 2 (dois) dias úteis subsequentes ao dia da divulgação/publicação oficial das respectivas fases.

9.3.2.1 Para fins de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva, será disponibilizada juntamente com esses resultados, respectivamente, a folha de respostas e o resultado da análise realizada sobre os títulos apresentados, por meio da Área para Candidatos, acessível pelo site www.idecan.org.br.

9.4 Todos os recursos interpostos contra o gabarito preliminar das provas objetivas serão analisados e as justificativas de alteração/anulação de gabarito serão publicadas no site www.idecan.org.br, para conhecimento amplo e comum dos interessados.

9.4.1 Não será disponibilizada resposta individual de recurso interposto contra o gabarito da prova objetiva ao candidato recorrente.

9.4.2 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante da prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.4.3 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.5 Não será aceito recurso por meios diversos ao que determina este Edital.

9.6 O recurso deverá ser individual, por item ou avaliação, com a indicação de qual o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.6.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.7 Serão indeferidos os recursos:

- a) cujo teor desprezite a Banca Examinadora e/ou a Comissão Organizadora;
- b) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste edital;
- c) cujo fundamentação não corresponda à questão recorrente;
- d) sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
- e) com dados incompletos;
- f) encaminhados via postal, e-mail, imprensa e/ou de "redes sociais online".

9.8 A decisão da Banca Examinadora será irrevocável, consistindo em último instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

9.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos, recurso de gabarito oficial definitivo e/ou recurso de resultado definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

9.10 O Resultado Final do Concurso será divulgado nos endereços eletrônicos www.idecan.org.br e no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

9.11 Será divulgada uma listagem específica com a Classificação para os candidatos de ampla concorrência e outra listagem específica, nos mesmos moldes, para os beneficiados com a reserva de vaga na condição de pessoa com deficiência.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E NOMEAÇÃO

10.1 A classificação no concurso assegura ao candidato apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando este ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes, bem como ao interesse e conveniência do serviço público, atendidos o prazo de validade do certame, a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária da CODATA.

10.2 Após a homologação do resultado final, a CODATA divulgará o referido documento no endereço eletrônico <https://codata.pb.gov.br/>, espaço este que será utilizado para a publicação das comunicações inerentes às convocações e nomeações dos candidatos aprovados.

10.2.1 Para fins de nomeação, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo das listas constantes da homologação, os candidatos aprovados no presente concurso serão convocados por meio de Ato Oficial da CODATA no Diário Oficial do Estado da Paraíba e no endereço <https://codata.pb.gov.br/>, e notificação eletrônica enviada para o e-mail cadastrado pelo candidato no ato de inscrição.

10.2.2 A ausência expressa acarretará a exclusão do candidato do certame, não havendo direito a posicionamento no final da lista homologada no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

10.2.3 Atendido o disposto no subitem 10.2.1 e do presente Edital, a CODATA promoverá a lotação e nomeação dos candidatos.

10.2.4 Os candidatos convocados deverão comparecer à Gerência de Recursos Humanos da CODATA, para entrega dos exames médicos e da documentação acessória à posse, observando o período a ser divulgado por ocasião de publicação do cronograma específico para esse fim.

10.2.5 Poderão ainda ser exigidos outros exames, a depender da avaliação durante a inspeção médica para admissão.

10.2.6 A entrega da documentação somente será aceita em sua totalidade.

10.3 O candidato, além de atender aos requisitos exigidos no item 3.1 deste Edital, deverá apresentar, necessariamente, todos os documentos solicitados por meio do Edital de convocação, para fins de posse.

10.4 Caso haja necessidade, a CODATA poderá solicitar outros documentos complementares aos requeridos no Edital de convocação.

10.5 O candidato nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias ininterruptos, após nomeação, sob pena de ter seu ato de nomeação tomado sem efeito.

10.6 Após tomar posse, o candidato passará à condição de empregado público e deverá entrar em exercício no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ininterruptos.

10.7 O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar pedido de remoção, redistribuição, alteração de carga horária, alteração de jornada de trabalho e limitação de atribuições para o desempenho das atribuições do cargo, exceto em casos supervenientes devidamente comprovados por perícia médica oficial.

10.8 Não será nomeado o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital.

10.9 O candidato que não atender, no ato da posse, aos requisitos dos subitem 3.1, 10.3 e 10.4 deste Edital será considerado desistente, excluído automaticamente do Concurso Público, perdendo seu direito à vaga e ensejando a convocação do próximo candidato na lista de classificação.

10.10 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os atos convocatórios publicados após a homologação do Concurso Público.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O resultado final do Concurso Público será homologado pela CODATA, publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado nos endereços eletrônicos www.idecan.org.br e <https://codata.pb.gov.br/>.

11.2 O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da CODATA.

11.3 As despesas decorrentes da participação em todas as fases e em todos os procedimentos do Concurso Público de que trata este Edital, inclusive posse e exercício, correm por conta dos candidatos, que não terão direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas.

11.4 O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o IDECAN, enquanto estiver participando do Concurso Público, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico codata@idecan.org.br ou por meio de sua Área para Candidatos acessível pelo site www.idecan.org.br e perante a CODATA, se necessário, conforme orientações que serão repassadas pela própria CODATA. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de não atualização de seu endereço.

11.5 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial do Estado.

11.6 Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDECAN e pela CODATA.

11.7 Alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste Edital serão objeto de avaliação, ainda que não mencionadas nos conteúdos programáticos constantes deste Edital.

11.7.1 Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, exceto a listada nos objetos de avaliação constantes deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos e em posições, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

11.8 O IDECAN poderá enviar, quando necessário, e-mail pessoal dirigido ao candidato, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.

11.09 Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste Edital, a Comissão Coordenadora do Concurso poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação qualitária de todos os candidatos.

11.10 Este Edital poderá ser impugnado, fundamentadamente, por meio do correio eletrônico de ferramenta disponível na Área para Candidatos, acessível pelo site www.idecan.org.br, no período de 05 a 08 de setembro de 2022.

11.10.1 Para fins de impugnação, o demandante deverá ter realizado o seu cadastro junto ao site e sua inscrição no concurso, ambos pelo site www.idecan.org.br.

11.10.2 Os pedidos de impugnação, protocolados no período determinado no subitem 11.10, serão analisados julgados pela Comissão do Concurso em conjunto com o IDECAN, sendo julgados somente as impugnações devidamente fundamentadas e com a indicação específica do item e/ou subitem que está sendo impugnado.

11.10.3 Do julgamento previsto no subitem 11.10.2, será publicado, como resposta às impugnações, aditivo ao texto original deste edital, que tenha sido motivada por força da análise e do julgamento das

impugnações recebidas.

11.11 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de Aditivo, João Pessoa/PB, 02 de setembro de 2022.

MIRELE QUEIROGA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO
CLÁUDIO LUIZ TAVARES VINAGRE
MEMBRO DA COMISSÃO
HELDER VIEIRA DA SILVA
MEMBRO DA COMISSÃO
JOSÉ CARLOS DA SILVA
MEMBRO DA COMISSÃO
KALINA SANTOS DA SILVA
MEMBRO DA COMISSÃO
MARIA DAS GRACAS A.T. DA ROCHA
MEMBRO DA COMISSÃO
MARLENE RODRIGUES DA SILVA
MEMBRO DA COMISSÃO

ANEXO I

MODELO DE ATESTADO PARA CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento de cargos de NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR, promovido pela CODATA, que o(a) Senhor(a) _____ é considerado(a) pessoa com

deficiência por apresentar (descrever a espécie e o grau ou nível de deficiência) _____

Código Internacional da Doença (CID-10) _____, que resultou(m) no comprometimento das seguintes funções _____

_____ sendo/endo sido causada (descrever a provável causa da deficiência) _____

_____ de _____ de 20 _____

Assinatura e carimbo com o nome e o número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do candidato.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____ inscrito no CPF sob o nº _____, venho requerer

a ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público de Provas para provimento de cargos, promovido pela CODATA, para o cargo _____

Motivo de isenção:

() Hipossuficiência de recursos financeiros (Cadência)

() Doador de sangue ou medula óssea à rede hospitalar pública ou conveniada com o SUS no Estado da Paraíba

() Doadora regular de leite materno, conforme Lei Estadual nº 8.483/2008.

NOTAS:

É de responsabilidade exclusiva do candidato o correto preenchimento dos formulários e a entrega da documentação em conformidade com o Edital.

Todos os documentos enviados serão analisados posteriormente pela banca examinadora da Organizadora, que emitirá relatório com situação preliminar do candidato.

_____ de _____ de _____

Assinatura do(a) requerente

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conhecimentos Gerais:

Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2. Gêneros e tipologia textual. 3. Ortografia oficial. 4. Mecanismos de coesão textual. 4.1. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de seqüênciação textual. 4.2. Emprego de tempos e modos verbais. 5. Estrutura morfosintática do período. 5.1. Emprego das classes de palavras. 5.2. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4. Emprego dos sinais de pontuação. 5.5. Concordância verbal e nominal. 5.6. Regência verbal e nominal. 5.7. Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8. Colocação pronominal. 6. Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1. Significação das palavras. 6.2. Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

Informática Básica: 1. Correio eletrônico. 2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office, versão 365). 3. Noções de sistema operacional (ambiente Windows, versões 10 a 11). 4. Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 5. Programas de navegação: Mozilla Firefox e Google Chrome. 6. Programa de correio eletrônico: MS Outlook. 7. Sites de busca e pesquisa na Internet. 8. Conceitos de organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 9. Segurança da informação: procedimentos de segurança. 10. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. 11. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.). 12. Procedimentos de backup.

Raciocínio Lógico: 1. Estruturas lógicas. 2. Lógica sentencial ou proposicional: proposições simples e compostas, operadores lógicos, tabelas-verdade, equivalências, leis de Morgan. 3. Diagramas lógicos. 4. Lógica de primeira ordem. 5. Operações com conjuntos. 6. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. 8. Raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal. 9. Princípios de contagem, combinatória e probabilidade.

Conhecimentos Específicos:

TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Noções de Administração: Administração: Conceitos, Objetivo, Princípios Básicos e Funções; Tipos de organização; Teoria Geral dos Sistemas; Gestão de Pessoas; Noções de Planejamento estratégico; Administração da Qualidade; Noções de Arquivo; Ética e Responsabilidade Social; Noções Básicas de Legislação; Normas Constitucionais sobre Administração Pública e servidores públicos (Constituição Federal/88, com suas alterações); Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações); Noções de Direito Administrativo: Princípios; Ato Administrativo; Serviços públicos; Administração Pública; Ética no serviço público; Noções de planejamento, orçamento e finanças públicas; PPA, LDO, LRF, LRF, REDAÇÃO OFICIAL - Conceituação, Objetivos, Características textuais; Adaptação linguística; Tipos de documentos oficiais; Redação de expedientes oficiais, conforme Manual de Redação da Presidência da República; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Lei de Acesso à Informação; Improbidade administrativa e crimes contra a administração pública; Política Nacional de Arquivos; Relações humanas no trabalho: motivação, comunicação, chefia e liderança, grupos e equipes de organização formal e informal; Correio eletrônico. Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços); Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021; Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020; Lei dos Estatutos - Lei nº 13.303/2016; Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba - RILCC de 20/06/2018; Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc.

TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Sistemas operacionais Linux e Windows: instalação, configuração e administração. 1.1. Fundamentos sobre Redes de Computadores. 1.2. Fundamentos sobre segurança de Redes de Computadores. 2. Desenvolvimento de software. 2.1. Lógica de programação: construção de algoritmos, tipos de dados e as operações primitivas, variáveis e expressões, comando de atribuição, avaliação de expressões, comandos de entrada e saída, estruturas sequenciais, estruturas de seleção, estruturas de repetição, modularização, recursividade e programação estruturada. 2.2. Programação Orientada a Objetos: objetos, classes, atributos e métodos, estado, comportamento e identidade: abstração e encapsulamento; herança e polimorfismo e interfaces. 2.3. Linguagens de programação Python 3.10, JavaScript e Java 2.5. API REST 2.4. Desenvolvimento Web: HTML 5, CSS, 2.5. Conceitos de gestão de projetos de software. 3. Banco de Dados 3.1. Conceitos sobre sistemas de gerenciamento de banco de dados. Scrum, TDD (Test driven development). Sistema de controle de versão Git e hospedagem de código fonte. Virtualização. Definição dos conceitos de virtualização de hardware e software; Sistema de virtualização Docker. Definição dos conceitos de clonização; Conceitos de Computação em Nuvem; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Lei de Acesso à Informação; Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços); Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021; Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020; Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc.

Conhecimentos Gerais:

Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Tipologia e Gêneros Textuais. 3. Variação Linguística. 4. O processo de comunicação e as funções da linguagem. 5. Processos de formação de palavras. 6. Norma ortográfica. 7. Morfossintaxe das classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, numeral e os seus respectivos empregos. 8. Verbo. 9. Concordância verbal e nominal. 10. Regência nominal e verbal. 11. Coesão e Coerência Textuais. 12. Relações semântico-lexicais, como metáfora, metonímia, sinônima, hipernímia, hiponímia, metonímia, comparação, redundância e outras. 13. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). 14. Pontuação. 15. Funções do "que" e do "se". 16. Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos. 17. Uso da Crase.

Informática Básica (Para todos os cargos, exceto para o cargo de Analista de Tecnologia da Informação): 1. Conceitos de Internet e intranet. 2. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. 3. Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações utilizando-se a suite de escritório Microsoft Office 365. 4. Conceitos e modos de utilização de sistemas operacionais Windows 7 a 10. 5. Noções de ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico. 6. Noções de segurança e proteção: vírus, worms e derivados.

Raciocínio Lógico: 1. Estruturas lógicas. 2. Lógica sentencial ou proposicional: proposições simples e compostas, operadores lógicos, tabelas-verdade, equivalências, leis de Morgan. 3. Diagramas lógicos. 4. Lógica de primeira ordem. 5. Operações com conjuntos. 6. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. 8. Raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e

temporal. 9. Princípios de contagem, combinatória e probabilidade.

Inglês Técnico (Apenas para o cargo de Analista de Tecnologia da Informação): 1. Compreensão de textos em língua inglesa: documentação, literária e notícias técnicas; comunicação corporativa (prosopção técnica e comercial, suporte técnico, consulta e afins). 2. Estratégias de leitura: reconhecimento do contexto geral (skimming) e de informações específicas (scanning); distinção entre ideias principais e subjacentes; inferência textual. 3. Gramática e vocabulário: elementos gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos; voz passiva; cognatos e falsos cognatos.

Conhecimentos Específicos:

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ÁREA DE ATUAÇÃO: GOVERNANÇA

1. Gerenciamento de projetos. 1.1 Conceitos básicos. 1.2 Conhecimento em gerenciamento de projetos - Guia do PMBOK (4a. Edição). 1.3 Os modelos de referência do programa MPS.BR. 1.4 Gerenciamento da integração. 1.5 Gerenciamento do escopo. 1.6 Gerenciamento do tempo. 1.7 Gerenciamento de custos. 1.8 Gerenciamento de recursos humanos. 1.9 Gerenciamento de riscos. 1.10 Gerenciamento das comunicações. 1.11 Gerenciamento da qualidade. 2. Aquisição de produtos e serviços de TIC. 2.1 Gerenciamento da aquisição. 2.2 O Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP. 2.3 Instrução Normativa Nº 31, de 23 de março de 2021. 3. Conceitos de segurança da informação. 3.1 Conceitos básicos. 3.2 Políticas de segurança. 3.3 Gestão de continuidade de negócio. 3.4 Procedimentos de segurança. 3.5 Classificação de informações. 3.6 Auditoria e conformidade. 4. Gerenciamento de serviços de TI. 5. Gestão de processos de negócio. 5.1 Modelagem de processos com BPMN. 5.2 Técnicas de análise de processos. 5.3 Melhoria de processos de negócio, processos de software e processos de gestão de Tecnologia da Informação. 5.4 Integração de processos. 6. Indicadores de desempenho. 6.1 Conceito. 6.2 Formulação. 6.3 Análise. 6.4 Balanced Scorecard (BSC). 6.5 Matriz SWOT. 6.6 Métricas de Software e de Serviços de TI. 7. Linguagens de programação. 7.1 Lógica. 7.2 Estruturas e paradigmas de programação. 7.3 Linguagens de Script (Shell, SQL, Python). 8. Noções de computação em nuvem; 9. Contratação de solução de TIC seguindo a IN 01, de 14 de abril de 2019 da SGO/ME pelos órgãos integrantes do SISP. 10. Contratação de solução de TIC seguindo os procedimentos descritos na IN 31, de 23 de março de 2021 da SGO/ME pelos órgãos integrantes do SISP. 11. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 12. Lei de Acesso à Informação. 13. Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços). 14. Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021. 15. Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020. 16. Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc.

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA DE REDES

1. Sistemas operacionais: fundamentos; gestão do processo; gestão do memória; gestão da entrada e saída; instalação, configuração e administração de sistemas operacionais Windows Server 2019 e 2022 e Redhat Enterprise Linux 8. 2. Redes de computadores: fundamentos, tecnologias ethernet, Fibre Channel, iSCSI, padrão IEEE 802.11x; dispositivos: repetidores, bridges, switches e roteadores; Conceitos de VPS; segurança: firewall; Conceitos de criptografia simétrica e assimétrica; infraestrutura de chaves públicas X.509; certificado digital X.509 v3, antivírus, anti-spam, modelo de referência OSI; Modelo conceitual TCP/IP; Protocolo IP: endereçamento e subredes, Protocolo TLS, Active Directory (AD); LDAP, Kerberos; OAuth2. 3. Serviços: backup/teste; arquitetura em nuvem (SaaS, IaaS e PaaS); virtualização. 4. Orquestradores: Kubernetes e OpenShift. 5. Gestão e operação de bancos de dados. 6. Sistemas de gerenciamento de banco de dados: Microsoft SQL Server, PostgreSQL, MongoDB. 7. Noções de arquitetura de TI. 8. DevOps: Containerização; CI/CD; Nexus; SonarQube; ArgoCD. 8. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 9. Lei de Acesso à Informação. 10. Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços). 11. Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021. 12. Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020. 13. Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc.

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ÁREA DE ATUAÇÃO: GERÊNCIA DE PROJETOS

1. Gerenciamento de projetos. 1.1 Conceitos básicos. 1.2 Conhecimento em gerenciamento de projetos - Guia do PMBOK (4a. Edição). 1.3 Os modelos de referência do programa MPS.BR. 1.4 Gerenciamento da integração. 1.5 Gerenciamento do escopo. 1.6 Gerenciamento do tempo. 1.7 Gerenciamento de custos. 1.8 Gerenciamento de recursos humanos. 1.9 Gerenciamento de riscos. 1.10 Gerenciamento das comunicações. 1.11 Gerenciamento da qualidade. 2. Aquisição de produtos e serviços de TIC. 2.1 Gerenciamento da aquisição. 2.2 O Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP. 2.3 Instrução Normativa Nº 31, de 23 de março de 2021. 3. Conceitos de segurança da informação. 3.1 Conceitos básicos. 3.2 Políticas de segurança. 3.3 Gestão de continuidade de negócio. 3.4 Procedimentos de segurança. 3.5 Classificação de informações. 3.6 Auditoria e conformidade. 4. Gerenciamento de serviços de TI. 5. Gestão de processos de negócio. 5.1 Modelagem de processos com BPMN. 5.2 Técnicas de análise de processos. 5.3 Melhoria de processos de negócio, processos de software e processos de gestão de Tecnologia da Informação. 5.4 Integração de processos. 6. Indicadores de desempenho. 6.1 Conceito. 6.2 Formulação. 6.3 Análise. 6.4 Balanced Scorecard (BSC). 6.5 Matriz SWOT. 6.6 Métricas de Software e de Serviços de TI. 7. Linguagens de programação. 7.1 Lógica. 7.2 Estruturas e paradigmas de programação. 7.3 Linguagens de Script (Shell, SQL, Python). 8. Noções de computação em nuvem; 9. Contratação de solução de TIC seguindo a IN 01, de 14 de abril de 2019 da SGO/ME pelos órgãos integrantes do SISP. 10. Contratação de solução de TIC seguindo os procedimentos descritos na IN 31, de 23 de março de 2021 da SGO/ME pelos órgãos integrantes do SISP. 11. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 12. Lei de Acesso à Informação. 13. Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços). 14. Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021. 15. Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020. 16. Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc.

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ÁREA DE ATUAÇÃO: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Conceitos de segurança da informação: classificação de informações; procedimentos de segurança; auditoria e conformidade; confiabilidade, integridade e disponibilidade; controle de acesso; autenticação; segurança física e lógica; Autenticação; autenticação; gestão de identidades, métricas e indicadores em segurança da informação. 2. Política de segurança da informação. 2.1 Processos de definição, detecção de vulnerabilidade, implantação e gestão de políticas de segurança e auditoria. 3. Criptografia: conceitos de criptografia, aplicações, sistemas criptográficos simétricos e assimétricos de chave pública, modos de operação de cifras: Infraestrutura de Chaves Públicas X.509, certificados X.509v3, assinatura digital; tokens e smartcards; protocolos criptográficos; característicos dos algoritmos RSA, DES, e o AES; funções hash: MD5 e SHA-128; ataques de dicionário e ataques de força bruta. 4. Gerência de riscos: ameaça, vulnerabilidade e impacto; planejamento, identificação e análise de vulnerabilidades e tratamento de riscos de segurança. 5. Gestão de segurança da informação. 5.1 Classificação e controle de ativos de informação; segurança de ambientes físicos e lógicos, controles de acesso, segurança de serviços terceirizados. 6. Normas de segurança da informação: NBR 20000-1:2011 - gestão de serviços; NBR 20009-2:2009 - gerenciamento de serviços; NBR 27001:2009 - sistemas de gestão de segurança da informação; NBR

27002:2005 - código de política para a gestão da segurança da informação; NBR 27005:2005 - gestão de riscos de segurança, NBR 15999-1 - gestão de continuidade de negócios. 7. Segurança de aplicações e serviços: segurança em banco de dados, desenvolvimento seguro de software, filtro de conteúdo web, gestão de patches e atualizações; Segurança em servidores WWW, SMTP, POP, FTP e DNS; Protocolos e mecanismos de proteção anti-spam: SPF, DKIM e DMARC. 8. Segurança de aplicativos web: conceitos de segurança de aplicativos web; vulnerabilidades em aplicativos web; análise de vulnerabilidades em aplicativos web; ferramentas e técnicas de exploração de vulnerabilidades em aplicativos web; testes de invasão em aplicativos web; metodologia; técnicas de proteção de aplicações web. 9. Ameaças e vulnerabilidades em aplicações e serviços: Tipos de ataques comuns a redes e aplicações (spoofing, flood, DoS, DDoS, phishing, Zero Day attacks Injection [LDAP injection], Cross-Site Scripting - (XSS), Cross-Site Request Forgery); Quebra de autenticação e gerenciamento de sessão, referência insegura a objetos; armazenamento inseguro de dados criptografados; Softwares maliciosos (virus, cavalo de tróia, adware, spyware, backdoors, keylogger, worm, Rootkit). Conceitos de sistemas Antivírus, Open Web Application Security Project (OWASP). 10. Respostas a incidentes: phishing, SCAMS e SPAMs; engenharia social; cybercrimes; Ransomware, ataques em redes sociais, procedimentos de resposta a incidentes; Plano de Resposta a incidentes, Conceitos de investigação forense. 11. Segurança em redes: segmentação de redes, sistemas de firewall, Firewall de Aplicação Web (WAF), detectores de intrusão (IDS e IPS), NAT IP, analisadores de tráfego de rede (Sniffers), DMZ, proxies, Virtual Private Networks (VPSEC VPN, SSL/TLS VPN, SSH VPN), defesa de perímetros; Tipologias seguras. 12. Mecanismos de autenticação. 13. Segurança de ativos de rede (switches e roteadores); Segurança em redes wireless: Padrão IEEE 802.11i (WPA2), Padrão 802.1x WPA Enterprise. 14. Segurança de servidores e estações de trabalho. Configurações de segurança em servidores Linux e Windows (Hardening). Configurações de segurança para estações Windows XP 7 e 8. Registros de auditoria: Protocolo Syslog e Microsoft Event Viewer; Security Information and Event Management (SIEM) Sistema de Correlação de Eventos relacionados à Segurança da Informação. 15. Segurança em sistemas e aplicações. Análise de Logs e trilhas de auditoria; controle de acesso baseado em papéis (Role Based Access Control (RBAC); comunicação segura: SSH, TLS 1.2, TLS 1.3; padrões de Interoperabilidade do Governo Brasileiro (e-PING). Segurança de infraestrutura de TI sistema de detecção de intrusos. 16. Testes de Invasão (pentest). Network Access Control (NAC) e Network Access Protection (NAP). 17. Sistemas de backup. Tipos de armazenamento para backups. 18. Segurança em operações: planos de contingência e meios de recuperação e gestão de ativos; gestão de configuração. 19. Normas NBR ISO/IEC 27001, 27002 e 17005 e Normas NBR ISO/IEC 15999. 20. Normas Federais: Decreto nº 1.505/2006; Decreto nº 4.553/2002; Lei nº 12.527/2011 (LAI); Decreto nº 7.724/2012. 21. IN GSIPPR nº 1/2008 e Normas complementares do GSIPPR. 22. Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). 23. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 23. Lei de Acesso à Informação. 24. Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços). 25. Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021. 26. Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020. 27. Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc.

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ÁREA DE ATUAÇÃO: CIÊNCIA DE DADOS

1. Linguagem de programação Python. 1.1. Bibliotecas Python: TensorFlow (v2.8), SciPy (v1.8), NumPy (v1.19), Pandas (v1.3.5), Matplotlib (v3.5.3). 1.2. Conceitos de Machine Learning. 1.4. Algoritmos de aprendizado não supervisionado e não assistido. 1.5. Algoritmos de inteligência artificial e suas aplicações. 1.6. Microsoft PowerBI e Google Data Studio. 1.7. Tratamento de Dados. 1.8. Criação de Gráficos e exibição de dados. 2. Banco de Dados 2.1. Conceitos sobre sistemas de gerenciamento de banco de dados. 2.2. Projeto e modelagem de banco de dados. 2.3. Modelo Entidade-Relacionamento. 2.4. Modelo Relacional. 2.5. Modelo Físico. 2.6. Álgebra Relacional. 2.7. Normalização (1ª, 2ª e 3ª Forma Normal). 2.8. Linguagem de Definição e Manipulação de Dados (SQL) no PostgreSQL. 14.10. 2.9. Conceitos básicos para big data. 2.10. Hadoop 2.11 e suas aplicações. 3. Análise e Projeto de Sistemas Orientada a Objetos 3.1. Conceitos de análise e projeto orientados a objetos. 3.2. Linguagem de Modelagem Unificada (Unified Modeling Language - UML). 3.3. Análise de Requisitos: Modelo de casos de uso. 3.4. Análise e projeto orientado a objetos em UML. 4. Engenharia e Arquitetura de Software 5. Sistemas de controle de versão 5.1. Sistema de controle de versão Git e hospedagem de código fonte. 6.4. Conceitos de Computação em Nuvem. 7. Conhecimentos Estatísticos 7.1. Estatística Descritiva. 7.2. Elaboração de Modelos Matemáticos. 7.3. Regressão Linear. 7.4. Regressão Múltipla. 7.5. Clustering de Dados. 7.6. Operações com matrizes. 7.8. ETL - Extração, Transformação e Carga de Dados. 7.9. Linguagem SQL. 9.24. 8. Proteção de Dados: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 9. Lei de Acesso à Informação. 10. Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços). 11. Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021. 12. Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020. 13. Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc.

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ÁREA DE ATUAÇÃO: ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

1. Programação 1.1. Lógica de programação: construção de algoritmos, tipos de dados e as operações primitivas, variáveis e expressões, comando de atribuição, avaliação de expressões, comandos de entrada saída, estruturas sequenciais, estruturas de seleção, estruturas de repetição, modularização, recursividade e programação estruturada. 1.2. Estruturas de dados: análise de algoritmos, listas encadeadas, pilhas e filas, árvores, filas de prioridade e heaps, dicionários de dados, classificação e ordenamento de dados. 1.3. Programação Orientada a Objetos: objetos, classes, atributos e métodos; estado, comportamento e identidade, abstração e encapsulamento; herança e polimorfismo e interfaces. 1.4. Linguagens de programação Python 3.10, JavaScript e Java 1.5. API REST 1.6. Desenvolvimento Web: HTML 5, CSS 3, VueJS 2. Banco de Dados 2.1. Conceitos sobre sistemas de gerenciamento de banco de dados 2.2. Projeto e modelagem de banco de dados 2.2.1. Modelo Entidade-Relacionamento 2.2.2. Modelo Relacional 2.2.3. Modelo Físico. 2.3. Álgebra Relacional 2.4. Normalização (1ª, 2ª e 3ª Forma Normal) 2.5. Linguagem de Definição e Manipulação de Dados (SQL) no PostgreSQL. 10.3. Análise e Projeto de Sistemas Orientada a Objetos 1.1. Conceitos de análise e projeto orientados a objetos 3.2. Linguagem de Modelagem Unificada (Unified Modeling Language - UML). 3.3. Análise de Requisitos: Modelo de casos de uso 3.4. Análise e projeto orientado a objetos em UML. 4. Engenharia e Arquitetura de Software 4.1. Definição dos conceitos de arquitetura de software, componentes, frameworks e padrões de projeto. 4.2. Objetivos, conceitos e evolução da Engenharia de Software. 4.3. Paradigmas de desenvolvimento de software. 4.4. Evolução das metodologias de sistemas e suas principais técnicas. 4.5. Processo de desenvolvimento de software. 4.6. Modelos de software. 4.7. Ciclo de vida. 4.8. Qualidade de software e seus modelos. 4.9. Métricas práticas no desenvolvimento de software. 5. Redes de Computadores. 5.1. Conceitos básicos de Telesselecomunicação e redes. 5.2. organização de redes de computadores, 5.3. modelo OSI e Arquitetura TCP/IP. 5.4. Redes locais: Arquitetura de redes. Software. Sistema de virtualização Docker. Definição dos conceitos de clusterização. Conceitos de Cluster em Nuvem. 6. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 7. Lei de Acesso à Informação. 8. Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços). 9. Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021. 10. Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020. 11. Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc.

ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - ÁREA DE ATUAÇÃO: DIREITO, ECONOMIA, CONTABILIDADE, ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS.

Fundamentos, teorias e escolas da administração e o seu impacto na gestão de pessoas. Gestão de pessoas. Equilíbrio organizacional. Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. Gestão do Conhecimento. Treinamento, desenvolvimento e capacitação de pessoas. Gestão de desempenho. Métodos de avaliação de desempenho. Gestão por competências. Análise e Cultura Organizacional. Relações indivíduo/organização. Liderança. Motivação e Qualidade de vida. Gerenciamento de conflitos. Gestão da mudança. Administração de cargos, carreiras e salários. CLT, Previdência, negociação sindical, duração e condições de trabalho (CLT e Constituição Federal); Formas de Garantia de Emprego; Extinção do Contrato de Trabalho; Contrato individual do trabalho; Direitos Sociais na Constituição Federal; Licenças, Afastamentos, Concessões, Pensão; Tipos e concessão / Contribuição previdenciária; Folha de Pagamento; Conceito e Termos Técnicos; Elaboração da Folha (Informações obrigatórias e acessórias, demonstrativo de pagamento); Cálculos, Descontos, Recolhimentos legais, Técnicas de elaboração de escalas de serviço e folgas. Recrutamento e Seleção de Pessoas, Programas de Remuneração e Incentivos; Pesquisa de Clima Organizacional; Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; Educação Corporativa. Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. Fontes do Direito Administrativo: doutrina e jurisprudência, lei formal, regulamentos administrativos, estatutos e regimentos. Princípios da administração pública. Administração pública direta e indireta. Órgãos e entidades. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista, Subsidiárias, Participação do Estado no capital de empresas privadas. Autarquias e fundações públicas. Consórcios públicos. Terceiro Setor. Atos administrativos. Requisitos de validade. Atributos. Classificações. Correlação. Extração. Atos privados praticados pela administração pública. Fatos administrativos. O processo administrativo em âmbito federal. Poderes administrativos. Licitações públicas e contratos administrativos (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações). Sistema de Registro de Preços. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores. Pregão presencial e eletrônico e demais modalidades de licitação. Instrução Normativa nº 45, de 26/05/2017 do MP. Contratos de repasse. Convênios. Termos de cooperação. Preceitos público-privados. Controle da administração pública. Gestão e Fiscalização de contratos e convênios. Direito do Trabalho: Remuneração, Provisões, Encargos trabalhistas, Relações contratuais. Lei nº 13.460/2017 (Lei de Carta de Serviços). Lei do Governo Digital - Lei nº 14.129/2021. Lei de Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063/2020. Lei dos Estatutos - Lei nº 13.303/2016. Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba - RILCC de 20/06/2018. Manual Básico de Operações do Sistema Pbdoc. Noções De Administração Geral: 1. Evolução da administração. 1.3 principais abordagens da administração (clássica até contingencial). 2. Processo administrativo. 2.1 Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. 2.2 Processo de planejamento. 2.2.1 Planejamento estratégico: visão, missão, valores e objetivos estratégicos. 2.2.2 Análise competitiva e estratégias genéricas. 2.2.3 Administração por objetivos. 2.2.4 Processo decisório. 2.3 Organização. 2.3.1 Estrutura organizacional. 2.3.2 Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo. 2.3.3 Organização informal. 2.3.4 Cultura organizacional. 2.4 Motivação e liderança. 2.4.1 Comunicação. 2.4.2 Descentralização e delegação. 2.5 Controle. 2.5.1 Características. 2.5.2 Tipos, vantagens e desvantagens. 2.5.3 Sistema de medição de desempenho organizacional. 3. Gestão de pessoas. 3.1 Equilíbrio organizacional. 3.2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. 3.3 Recrutamento e seleção de pessoas. 3.3.1 Objetivos e características. 3.3.2 principais tipos, característicos, vantagens e desvantagens. 3.4 Capacitação de pessoas. 3.5 Gestão de desempenho. 4. Gestão de projetos. 4.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos. 4.2 principais características dos modelos de gestão de projetos. 4.3 Projetos e seus etapas. 5. Gestão de processos. 5.1 Conceitos da abordagem por processos. 5.2 Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. 6. Licitações e contratos administrativos. 6.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 6.1.1 Modalidades de licitação, dispensa e inexorabilidade. 6.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 6.3 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços). 6.4 Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGO/ME/MP nº 507/2011 e suas alterações.

ANEXO IV DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

CARGO	REQUISITOS	
Analista de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Ciência de Dados - Nível Superior	Analista de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Ciência de Dados	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Processamento de Dados, Informática, Estatística, Telemática ou em Ciência de Computação ou áreas correlatas.
	Analista de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Engenharia de Software	
	Analista de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Arquitetura e Desenvolvimento de Software	
	Analista de Tecnologia da Informação - Área de Atuação: Gestão de Projetos	
Analista de Administração e Finanças - Nível Superior	Analista de Administração e Finanças - Área de Atuação: Economia, Contabilidade, Administração, Recursos Humanos, Direito	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Direito, Administração, Ciências Econômicas, Economia, Ciências Contábeis ou Economia, reconhecido pelo MEC.
Técnico de Tecnologia da Informação - Nível Médio ou Técnico	Técnico de Tecnologia da Informação	Curso Médio / Técnico Completo em área de Informática ou similar - Habilitação a ser avaliada segundo legislação em vigor, Processamento de Dados, Informática, Telemática, Telemática ou Ciência de Computação.
Técnico de Administração e Finanças - Nível Médio ou Técnico	Técnico de Administração e Finanças	Curso Médio / Técnico Completo

ANEXO V
CRONOGRAMA PREVISTO

ATIVIDADE	DATA PREVISTA
Período de Inscrições	03/09/2022 a 13/09/2022
Período de Inscrições para os candidatos que desejam registrar a compra de taxa de inscrição	03 a 07/09/2022
Período para solicitação de renovação da taxa de inscrição	08/09/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrição	14/09/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrição de pagamento de taxa de inscrição	14 a 17/09/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrição	20/09/2022
Encerramento e entrega de folhas para os candidatos que não obtiveram seu documento de inscrição de inscrição	20/09/2022
Realização de sorteio preliminar (Pré - sorteio preliminar)	21/09/2022
Intimação de licitantes para o Pré (Pré - sorteio preliminar)	24 a 25/09/2022
Realização de sorteio definitivo (Pré - sorteio preliminar)	28/09/2022
Lotação de aplicação de Preços	03/10/2022
Aplicação dos Preços Eletrônicos	10/10/2022
Encerramento da aplicação dos Preços Eletrônicos	12/10/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrição dos Preços Eletrônicos	13 a 14/10/2022
Encerramento do período das aplicações, dos recursos contra os preçáveis dos Preços Eletrônicos	17/10/2022
Encerramento do período das aplicações, dos recursos contra os preçáveis dos Preços Eletrônicos	23/10/2022
Preço para entrega de materiais	28 a 30/10/2022
Encerramento do período de inscrições dos Preços Eletrônicos	06/11/2022
Entrega de materiais para Preços de Títulos	08/11/2022
Período para entrega dos Títulos	09 a 10/11/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrição dos Preços de Títulos	17 a 20/11/2022
Realização definitiva dos Preços de Títulos	20/11/2022
Comunicação para entrega de material de habilitação prevista por candidato segun	03/10/2022
Comunicação para entrega de material de habilitação prevista por candidato segun	03/10/2022
Alibação de material de habilitação prevista por candidato segun	04/10/2022
Alibação de material de habilitação prevista por candidato segun	04/10/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrições de habilitação prevista por candidato segun	06/10/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrições de habilitação prevista por candidato segun	06/10/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrições de habilitação prevista por candidato segun	06 a 10/10/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrições de habilitação prevista por candidato segun	14/10/2022
Encerramento de inscrições para o período de inscrições de habilitação prevista por candidato segun	14/10/2022
Realização final de Contas	13/10/2022

(*) O cronograma poderá sofrer alterações as quais serão divulgadas na página do concurso.

Secretaria de Estado
da Administração

LICITAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 185/2022 - PROCESSO Nº 15.000.009832.2022

OBJETO/ORGÃO(S): CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ANÁLISES CLÍNICAS destinado ao COMPLEXO DE PEDIATRIA ARLINDA MARQUES - CPAM, conforme edital e anexos. DATA E HORÁRIO: 19/09/2022 às 09h00 (horário de Brasília). PLATAFORMA ELETRÔNICA: <https://www.gov.br/compras> (compras.gov.br) - UASG Nº 925302. O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, pública, para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamentou a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe. Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites <https://www.gov.br/compras>, www.centraldecompras.pb.gov.br e pelo e-mail: gele03@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Janguruba, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa - PB. Tel. 83 3208-9839. Cadastro da CGE nº 22-01821-9

João Pessoa, 02 de setembro de 2022.

João Cláudio Araújo Soares
Gerente Executivo de Licitação

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2022 - PROCESSO Nº 15.000.000007.2022

OBJETO/ORGÃO(S): AQUISIÇÃO DE CONES DE TRÂNSITO, destinados à POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA - PMPR, conforme edital e anexos. DATA E HORÁRIO: 19/09/2022 às 09h00 (horário de Brasília). PLATAFORMA ELETRÔNICA: <https://www.gov.br/compras> (COMPRASNET) - UASG Nº 925302. O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, pública, para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamentou a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe. Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites <https://www.gov.br/compras>, www.centraldecompras.pb.gov.br e pelo e-mail: gele04@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Janguruba, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa - PB. Tel. 83 3208-9839. Cadastro da CGE nº 22-01160-0

João Pessoa, 02 de setembro de 2022.

João Cláudio Araújo Soares
Gerente Executivo de Licitação

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRASTERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO Nº 121/2022

DATA: 22/08/2022

LOCAL: SEDE DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REG. CGE: 22-01282-6

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BEBIDA LACTEA, DESTINADO A DIVERSOS HOSPITAIS - HPWGER, CPAM, HRETOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 01 DO EDITAL. HOMOLOGAÇÃO A PRESENTE LICITAÇÃO, EM FAVOR DA(S) SEGUINTE(S) EMPRESA(S)

ITEM	COD	MARCA	FORNECEDOR		UNID	QUANT	UNITARIO	TOTAL
			RAZÃO SOCIAL/NOME	CNPJ/CPF				
1.0	7890	RETANIA	CHRISTIANNY MARGIA EIRELI	0462687000135	Un	5,500	11,000	77.284,000
2.0	4932	NATURA L DA YACA	CHRISTIANNY MARGIA EIRELI	0462687000135	Un	9,300	3,700	23.877,000
3.0	4931	NATURA L DA YACA	CHRISTIANNY MARGIA EIRELI	0462687000135	Un	5,700	3,700	21.081,000
4.0	4869	NATURA L DA YACA	CHRISTIANNY MARGIA EIRELI	0462687000135	Un	7,485	3,700	28.388,150
5.0	2899	BOYY	DIFERENCIAL COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	0967904000125	Lata	1,700	18,000	27.000,000
VALOR TOTAL								178.122,150

Este Termo de Homologação torna-se efeito o Termo de Homologação publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 02/09/2022.

Jacqueline Fernandes de Gusmão
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
João Pessoa, 01, Setembro 2022

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRAL DE COMPRAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0115/2022

PROCESSO: 19.006.02651.2020 / PREGÃO ELETRÔNICO: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E DIVERSOS, DESTINADO A PMPB, FUNDAC E COMBITUNESSEM

VIGÊNCIA: VALIDADE DE 12(DOZE) MESES A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA.

REGISTRO CGE: 22-0124-6

ITEM	COD	FORNECEDOR	CNPJ	UNID	QDTE	UNIT	TOTAL
2.0	114793	DATEN TECNOLOGIA LTDA	04602786000101	Un	66	10.186,00	672.474,00
0.0	118058	PRMOOS BOYRER ELETRO ELETRONICOS EIRELI	08294735000158	Un	27	472,84	17.466,60
0.0	118822	ELETROPECAS TI COMERCIAL EIRELI	16501916000165	Un	11	2.340,00	25.830,00
2.1	114793	ELETROPECAS TI COMERCIAL EIRELI	16501916000165	Un	5	11.987,30	59.936,50
9.0	118823	IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA	23-00657000133	Un	62	837,44	51.921,28
3.0	118058	DRONE AIR COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS EIRELI	39935802000129	Un	22	1.900,00	41.800,00
4.0	118861	DRONE AIR COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS EIRELI	39935802000129	Un	22	1.000,00	22.000,00
TOTAL:							801.464,38

JACQUELINE FERNANDES DE GUSMÃO
Secretaria de Estado da Administração
João Pessoa, 17 de Agosto de 2022

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRAL DE COMPRAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0115/2022

PROCESSO: 19.006.000961.2021 / PREGÃO ELETRÔNICO: 074/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, DESTINADO A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES

VIGÊNCIA: VALIDADE DE 12(DOZE) MESES A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA.

REGISTRO CGE: 22-0023-3

ITEM	COD	FORNECEDOR	CNPJ	UNID	QDTE	UNIT	TOTAL
4.0	60474	JOSE DANTAS DINIZ FILHO	22077847000107	L	436	6,50	27.300,00
21.8	40849	JOSE DANTAS DINIZ FILHO	22077847000107	Rx 1000 ML	300	14,17	15.021,20
TOTAL:							48.903,20

JACQUELINE FERNANDES DE GUSMÃO
Secretaria de Estado da Administração
João Pessoa, 30 de Agosto de 2022